



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0015950-49.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal**
 Documento de Origem: **IP - 435/2013 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Marcelo Antonio da Silva**
 Vítima: **Vanise Freitas da Silva Aguiar**

Aos 26 de maio de 2014, às 15:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu Marcelo Antonio da Silva, acompanhado de defensor, o **Drº Rodrigo Emiliano Ferreira – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima e interrogado o réu. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição da testemunha faltante, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a Drª PROMOTORA:**“MM. Juiz: MARCELO ANTONIO DA SILVA, qualificado as fls.15, foi denunciado como incurso no artigo 129, §9º, do CP, porque em 16.06.2013, em horário incerto, na Rua Isak Falgen, s/n, Antenor Garcia, nesta cidade e Comarca, ofendeu a integridade corporal de sua companheira Vanise Freitas da Silva Aguiar, causando-lhe as lesões corporais de natureza leve, conforme laudo juntado as fls.11. Consta que o réu na data dos fatos pulou o muro da residência da vítima e a agrediu com socos. A ação é improcedente por falta de provas. As partes tiveram desentendimento e iniciou-se uma discussão, não se sabendo quem deu início ao desentendimento. Nestes termos, requeiro a absolvição por insuficiência de provas. **Dada a palavra a DEFESA:**“MM. Juiz: reitero a manifestação do Ministério Público, observada a regra do artigo 155 do CPP. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**“MARCELO ANTONIO DA SILVA, qualificado as fls.15, foi denunciado como incurso no artigo 129, §9º, do CP, porque em 16.06.2013, em horário incerto, na Rua Isak Falgen, s/n, Antenor Garcia, nesta cidade e Comarca, ofendeu a integridade corporal de sua companheira Vanise Freitas da Silva Aguiar, causando-lhe as lesões corporais de natureza leve, conforme laudo juntado as fls.11. Consta que o réu na data dos fatos pulou o muro da residência da vítima e a agrediu com socos. Recebida a denúncia (fls.31), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.54). Em instrução foi ouvida a vítima e interrogado o réu, havendo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

desistência quanto a testemunha faltante. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição por falta de provas. **É o relatório. Decido.** Como bem observado pelo Ministério Público, *“a ação é improcedente por falta de provas. As partes tiveram desentendimento e iniciou-se uma discussão, não se sabendo quem deu início ao desentendimento”*. Sem provas suficientes, a absolvição é de rigor. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** Marcelo Antonio da Silva com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Ré(u):